

Manuais de civildade : veículos de poder e urbanidade

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília Barreto Amorim Pillaⁱ

O Brasil do início do século XX, frente à implementação das reformas urbanas que são empreendidas nas principais capitais do país, em especial a então capital da República, vive o sonho de construir uma “Europa possível”. Entre tantos melhoramentos era necessário também, no percurso da “civilização”, extirpar quaisquer reminiscências de um passado relacionado à “barbárie”. Com isso, segundo Schapochnik, condenam-se hábitos e costumes “ligados pela memória quer à velha sociedade imperial quer às tradições populares, deveriam dar lugar a um novo padrão de sociabilidade burguês emoldurado num cenário suntuoso”.ⁱⁱ

Tais ideais tentavam acompanhar o pensamento reformista que já inspirava as grandes metrópoles ao longo do século XIX. A ideologia do mundo ocidental nesse período estava impregnada de uma crença sincera no progresso – um mito baseado no significado de aperfeiçoamento, principalmente para os elementos das elites que se beneficiavam diretamente dos efeitos da modernização. Segundo Gay, a crença nesse mito atingiu, nessa época, todos sem exceção. Mesmo políticos radicais, utópicos ou científicos, estavam convencidos de que o progresso seria capaz de acabar com a escassez de alimentos e derrotar o grande fantasma que sempre assolou a humanidade, a fome ; pois “[...] se havia o bastante para todos, o futuro não podia deixar de sorrir, e todas as expectativas estavam implícitas no presente. Para muita gente, as mudanças não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa”.ⁱⁱⁱ

Acompanhando as transformações espaciais da cidade, os valores elitistas no campo sociocultural também estavam impregnados de idéias civilizadoras; buscava-se um reordenamento dos valores do bem viver em sociedade, norteado por normas de civildade fundamentadas nos moldes europeus. Os habitantes das cidades, que a cada dia tinham seu número aumentado, precisavam se urbanizar, precisavam aprender a viver nesse ambiente citadino regras de educação, de urbanidade. Então, junto à racionalização dos espaços, há também uma modelação dos comportamentos.

Assim, para viver nessa sociedade urbana e socialmente complexa, num tecido social formado por interdependências entre seus componentes, sentiu-se a necessidade da reorganização das maneiras. Nesse sentido, é importante resgatar o pensamento de Elias, quando coloca que: “Toda essa reorganização dos relacionamentos humanos se fez acompanhar de correspondentes mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’”.^{iv}

Desse modo, implementa-se todo um aparato de regras de “boa educação”, um código que deve ser seguido pelas classes que desempenham as funções sociais mais importantes. Esses preceitos de conduta social podem ser, em determinadas fases do processo civilizador, além de elementos diferenciadores, instrumentos de poder.

Uma das primeiras medidas nesse sentido seria, na sociedade brasileira da época, rejeitar os costumes populares regionais de tal forma que qualquer pessoa de “bem” não gostaria de ser flagrada em situações consideradas como “não-civilizadas”. No Brasil, na virada do século, a ordem era afastar-se de tudo que remetesse a um tempo “primitivo” e “incivil”. Era preciso ligar-se ao polimento das atitudes sociais em busca de uma diferenciação das pessoas das categorias mais baixas, não somente “[...] nos sinais externos de *status*, mas também na fala, nos gestos, nas distrações e maneiras”.^v

A esse esforço civilizatório deveria corresponder uma série de mudanças nas estruturas das cidades: “Ordenar o espaço, disciplinar usos, controlar e regular hábitos”.^{vi} No centro desse clima, civilização e modernidade tornaram-se palavras de ordem. Conforme Ângela Costa e Lilia Schwarcz afirmam sobre esse período: “O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações”.^{vii}

Vivia-se um tempo em que se apostava nas verdades absolutas, em normas morais rígidas, em modelos capazes de conferir distinção, normas que seguidas seriam capazes de assegurar a escolha do “certo” em detrimento do “errado”. Era uma mistura do avanço com o progresso. “Era essa face brilhante do teatro da modernidade que o Brasil pretendia acompanhar, já que não era

possível tomar a dianteira. [...] trazer a sensação de que o país estava em harmonia com o progresso e a civilização mundiais”.^{viii}

Desde a chegada da Família Real no Brasil no início do século XIX reconheceu-se a necessidade de transformações no espaço urbano e uma “civilização” das condutas. O desenvolvimento do comércio e a intensificação da vida social tem como pano de fundo a “europeização” dos costumes. Quanto mais se abandonavam os hábitos coloniais, mais se identificavam com os europeus.

Uma nova sociabilidade se impunha aos novos centros urbanos, em especial ao Rio de Janeiro, então capital do Reino, obrigando a uma civilização dos costumes e como veículo de ensinamento dessas novas condutas tem-se os manuais de etiqueta e civilidade. Em especial na segunda metade do século XIX, no bojo do processo de europeização dos costumes, as boas maneiras em sociedade tornam-se veículo de distinção, diferenciação e integração social.

A partir de 1870 mudanças significativas podem ser observadas em âmbito nacional, transformações socioeconômicas, urbanísticas, físicas e demográficas. A modernidade se instalava lentamente com seus avanços científicos (biologia, medicina, higiene, profilaxia) e tecnológicos (veículos automotores, telégrafo, telefone, iluminação elétrica, cinema, e uma ampla gama de utensílios domésticos).

Estamos falando de uma sociedade em transformação, uma vez que no final do século XIX as elites rurais se urbanizam, colocando em prática estratégias que garantiam sua distinção como categoria. Com isso, muitas cidades, em especial Rio de Janeiro e São Paulo, irão sofrer uma espécie de nova configuração de seu espaço urbano. Ruas, praças e becos eram remodelados ou desapareciam numa cruzada em nome da civilização. Regiões são ocupadas, tornando-se nobres, medidas são tomadas para garantir o comportamento tido como ideal nos espaços públicos.

Essa nova configuração das cidades traz consigo marcas das distâncias sociais. Para Schpun, “[...] os lugares onde vivem e circulam as elites são testemunhos do sucesso econômico de uma oligarquia vitoriosa e conquistadora, que constrói para si mesma, e a seus olhos, uma cidade

verdadeiramente moderna. Trata-se de provê-la de todos os equipamentos, de lazer ou outros, que permitam aos membros do grupo dominante reconhecerem-se e orgulharem-se de sua obra”.^{ix}

A força civilizatória estava arraigada em uma sociedade que acreditava estar vivendo um tempo de progresso material e moral irrevogável, não no sentido negativo do termo, mas sim no bojo de um otimismo inquietante. Os ventos da prosperidade sopravam trazendo novos modismos, entretanto a oposição entre as classes tornava-se tênue. Numa sociedade urbana e moderna que oferece aos indivíduos as mesmas possibilidades, é necessário encontrar formas de distinção. É em meio a uma sociedade como esta que a elite acrescenta à elegância das maneiras um “não sei quê”, um *savoir vivre*.

Ao longo do século XIX a separação entre as classes vai se tornando cada vez menos rígida. Falamos de uma sociedade que se democratiza sob os auspícios de uma Revolução Francesa que aboliu privilégios e possibilitou que todos caminhassem livremente pelos espaços sociais, até então restritos à aristocracia. Vê-se, então, ser plausível o movimento contínuo de ascensão e queda quebrando o paradigma da fixidez da estrutura social, trazendo consigo a até então inaceitável mobilidade.

No entanto, é importante levar em conta o que diz Gilda de Mello e Souza sobre este contexto. Para ela, sociedades recentes como o Brasil desse período, os grupos ainda não se encontravam “suficientemente caracterizados, diferenciando-se entre si por uma tradição de usos, costumes e maneiras próprias, a posse da riqueza é a grande modificadora da estrutura social”.^x No entanto, completa ela, não é a posse do dinheiro que garante a subida dos indivíduos, pois o que “distingue as classes entre si é menos a riqueza que a sua utilização, como também porque a realidade das mesmas reside de maneira bastante nítida num julgamento de opinião – o homem não vale pelo que tem, mas, pela consideração que goza”.^{xi} Sendo, pois, a riqueza apenas um dos elementos, não menos importante é claro, que compõem a “classificação” dos indivíduos, considerando também a família, a situação social e seu desempenho na vida mundana.

Nesse contexto em que se consolidava um mundo de acordo com uma ideologia de uma

sociedade industrial, também é importante visualizar a ascensão dos imigrantes que contribuem para esse processo de modernização da cidade, participando do “espetáculo” de transformações que passam as cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX.

Junto aos empreendimentos gerados com a produção cafeeira que haviam transformado São Paulo em um importante centro urbano, “fazendeiros e negociantes estrangeiros tornaram-se corretores (fornecedores de crédito), exportadores, banqueiros, importadores, empenharam-se na construção de estradas de ferro e máquinas para beneficiamento, ensacamento e triagem de grãos de café”.^{xii}

O comércio representou uma importante forma de ascensão social para os imigrantes. Muitos deles transformaram-se em comerciantes abastados e passaram a integrar a “boa sociedade” dos centros urbanos. Mas, além da prosperidade nos negócios, outras atividades garantiram espaço e reconhecimento social a esses imigrantes. No caso de São Paulo, diz Márcia Padilha: “A construção de mansões na avenida Paulista, clubes refinados e outras iniciativas que colaboravam com o aparelhamento urbano, conferiam prestígio aos imigrantes afortunados que, dessa maneira, passavam a integrar ao lado das elites locais, a ‘aristocracia’ paulistana (...)”.^{xiii}

Essa reflexão traz a possibilidade de se compreender por que numa sociedade de desempenho como a que também se transformou o Brasil na virada do século XX manuais de etiqueta e civilidade continuaram a ser consumidos.

No final do século XIX o Brasil vai passar, como já foi dito anteriormente, por profundas transformações. Estamos nos referindo a uma sociedade recém egressa de uma monarquia escravista. Entramos num período republicano que toma o sentido de veículo do tão almejado progresso. Crescem os desejos de prestígio e de distinção, e em meio a tudo isso, o polimento das maneiras encontrará inúmeras estratégias que garantem a visibilidade de tais valores.

Por outro lado, se nos centros urbanos o consumo de bens e o requinte das maneiras tornam-se símbolos do *grand-monde*, para Gilda de Mello e Souza, “[...] no campo, onde o vínculo comunitário e o grupo suficientemente pequeno, é através do conhecimento efetivo da história de

cada um – de sua história familiar, econômica ou social que situamos o indivíduo nesta ou naquela classe. (...) Na aparência dessas pessoas nada revela a posição social de destaque, a qualidade de ricos proprietários rurais”.^{xiv} Os valores são outros, a posse de grandes extensões de terra e de um grande número de escravos, por exemplo. No entanto, no final do século XIX, com a efetiva urbanização, os símbolos da situação rural também vão ser afetados pelos protótipos da vida na cidade.

À medida que os senhores rurais passam a estabelecer contatos mais próximos às cidades, muitas vezes passando a morar em ambiente urbano, ou então apenas mantendo contato mais amigável em visitas periódicas, eles passam a perder sua identidade de classe, sofrendo o que Gilda de Mello e Souza chamou de “desnívelamento fatal”. “Longe dos conhecimentos de vizinhança, nos quais se assenta em grande parte o sentimento de sua posição social, dissolve-se no anonimato da massa cidadina”.^{xv} No impulso de identificação com as classes mais altas, o controle apurado dos gestos transforma-se numa das maneiras mais eficazes de distinção.

Assim como a moda, analisada por Gilda de Mello e Souza, as boas maneiras tornam-se, nos centros urbanos brasileiros a partir do século XIX, um dos aparelhos mais eficazes de integração, desempenhando um importante papel padronizador, concedendo ao indivíduo uma identificação com os elementos de seu grupo social, bem como distinguindo-o da massa populacional.

Nessa sociedade, na qual está presente o afrouxamento de barreiras, pois se tornou possível ascender e descer socialmente, é preciso buscar novos símbolos que garantam a diferenciação e a valorização do pertencimento a uma elite. A posse do dinheiro permitiu adquirir bens de consumo, ícones da modernidade e é nesse momento que se criam novas barreiras entre as classes, dificuldades ainda maiores do que as impostas pela ostentação da riqueza pelo consumo conspícuo tornam-se evidentes, é preciso polir as maneiras. “A distinção econômica do luxo cede lugar à distinção estética da elegância. [...] o olhar apurado tem de distinguir a *femme comme il faut* da burguesa, o aristocrata do homem rico das finanças, e mesmo a nobreza antiga da

nobreza do Império”.^{xvi}

Os jantares formais ou informais propiciam momentos preciosos. Uma mesa compartilhada possibilita a aproximação de elementos oriundos de diferentes grupos e camadas sociais e encerra, dentro de um espaço restrito, o convívio entre pessoas de diferentes origens, configurando-se em um momento de exceção. Por isso, cada gesto é analisado pelos demais. Nesse espaço, um deslize eventual pode transformar-se em um elemento que denigre a imagem do conviva, assim como uma atitude de controle absoluto e de naturalidade calculada diante das mais diversas situações elevam-no imediatamente aos olhos dos outros. Tal como a festa, o banquete adquire a qualidade de permitir que o jogo social aconteça, jogo no qual as qualidades pessoais de cada um evidenciam os atributos de sua classe, favorecendo a identidade e o reconhecimento mútuo.

Esse cenário urbano em constante desenvolvimento recebeu os manuais de etiqueta e de civilidade. Orientadores de uma estética comportamental, certamente serviram como parâmetro aos distintos habitantes das cidades que se encontravam no cotidiano das recepções que se desenrolavam nas salas de estar e de jantar, palcos dos espetáculos do bom comportamento, do exercício efetivo da arte da conversação, da etiqueta, do bom convívio social, enfim, do jogo dos poderes.

ⁱ Professora da junto ao Curso de Filosofia e Secretariado Executivo da PUCPR email: maria.pilla@pucpr.br

ⁱⁱ SCHAPOCHNIK, N. “Cartões Postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v 3. p. 439.

ⁱⁱⁱ GAY, P. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 43.

^{iv} ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: a civilização dos costumes. Rio de Janeiro : Zahar, 1990.p.195.

^v Ibid, .p.251.

^{vi} DE BONNI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto** : vigilância e punição em Curitiba (1890-1920). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 25.

^{vii} COSTA, Â. M.; SHCWARCZ, L. M. **Virando séculos : 1890-1914**. No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 12.

^{viii} Ibid, p. 25-27.

^{ix} SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 19.

^x SOUZA, G. de M. e. **O espírito das roupas**: a moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 114.

^{xi} Ibid, p. 115.

^{xii} PADILHA, M. **A cidade como espetáculo**: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Anablume, 2001. p. 19.

^{xiii} Ibid, p. 68.

^{xiv} Ibid., p. 118-119.

^{xv} Ibid., p. 122.

^{xvi} Ibid., p. 134-137.